

O Discurso da Secretaria de Economia Criativa: uma Reflexão à Luz do Conceito de “Brisuras” em Derrida

KELLY MARIA PAZ E SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

kellyufpe@gmail.com

LORENNA KAROLLY SANTOS DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

lorennasantosadm@gmail.com

MANUELLA MARIA DE LYRA ALCÂNTARA CARVALHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

manuellalyra@gmail.com

Introdução

O pós-estruturalismo é um movimento adequado às demandas contemporâneas e, pode também ser uma forma de “desconstruir” posicionamentos hegemônicos. Dentro desses discursos hegemônicos podem existir lacunas ou espaços (“brisuras”, em Jacques Derrida), que comprometam a segurança textual. A partir dessas considerações, o presente estudo se debruça no desvendar de “brisuras” presentes no “Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 - 2014”.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Analisar o discurso da Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura, através do Plano 2011 a 2014, à luz do conceito de brisuras de Derrida.

Fundamentação Teórica

Williams (2012, p. 47) considera que: “o pós-estruturalismo deve ser pensado como desconstrução”. Na obra Gramatologia, Derrida realiza a desconstrução da fenomenologia de Husserl. Além disso, ele apresenta a ideia de “brisura” e diz que ela é o resultado da busca de uma palavra que representa, ao mesmo tempo, diferença e articulação.

Metodologia

O estudo assume uma posição crítica de corrente pós-estruturalista, com abordagem qualitativa e paradigma interpretativista. Utilizou-se o método de estudo de caso e o corpus do estudo foi elaborado com base em informações secundárias, presentes essencialmente no Plano da Secretaria de Economia Criativa. E, o estudo se destina a problematizar este Plano, desconstruindo discursos e assumindo um posicionamento reflexivo e por conseguinte crítico.

Análise dos Resultados

Durante a reflexão do discurso, percebeu-se que grande parte dele possuía alguma lacuna ou espaço (“brisura”), que remetia a uma ideologia mercadológica ou econômica, ou seja, o discurso era marcado por um reducionismo econômico. Como também foi identificada uma “brisura” que remetia a uma ideologia empresarial. E, uma possível “brisura” em relação a sustentabilidade.

Conclusão

Pode-se perceber que, dentro de um mesmo Ministério, há vários discursos, tantas vezes harmoniosos, outras vezes incompatíveis. Nesse caso, as “brisuras” identificadas no discurso da Secretaria da Economia Criativa ressaltam uma desconexão com a ideologia do Ministério da Cultura, o que pode sinalizar futuras inconsistências nas ações.

Referências Bibliográficas

- DERRIDA, J. Gramatologia. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília: Ministério da Cultura, 2012
- WILLIAMS, J. Pós-Estruturalismo. Petrópolis: Vozes, 2012.

O DISCURSO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA: UMA REFLEXÃO À LUZ DO CONCEITO DE “BRISURAS” EM DERRIDA

1. INTRODUÇÃO

Os anos pós-Segunda Guerra Mundial foram marcados por rupturas econômicas, sociais e culturais, que alteraram consideravelmente, as bases do pensamento moderno. É nesse contexto que, segundo Peters (2000) emergem as concepções de pós-modernismo e pós-estruturalismo, ambas frequentemente confundidas.

O pós-modernismo pretende evidenciar a maneira como nas modernas democracias liberais, a construção da identidade política e a operacionalização de valores fundamentais acontecem através de binários conceituais, tais como: nós/ eles, responsável/ irresponsável, racional/ irracional, legítimo/ ilegítimo, normal/ anormal. Eles buscam atentar para as formas como as fronteiras entre esses termos são socialmente reproduzidas e vigiadas (LILLY, 1998). Interessante que, a identificação desses binarismos também é algo presente no projeto pós-estruturalista, inclusive busca-se um “rechaçar” dessas relações bilaterais, provenientes da dialética hegeliana (grifos nossos).

Dando continuidade às considerações sobre o Pós-Estruturalismo, percebe-se que não existe um marco que possa delimitar o fim do Estruturalismo e o início do Pós-Estruturalismo, assim como pode-se encontrar autores que são difíceis de classificar como integrantes de um movimento ou de outro. Um dos exemplos dessa dificuldade é quanto ao enquadramento de Lacan, que é considerado híbrido em relação aos dois movimentos. Porém, alguns autores costumam delimitar que o pensamento pós-estruturalista começou a ganhar força durante a década de 1960 (PETERS, 2000; WILLIAMS, 2012).

De acordo com Williams (2012), o pós-estruturalismo configura-se por exercer influência não só na filosofia, mas em diversos campos temáticos, tais como: literatura, política, arte, críticas culturais, história e sociologia. Ao mesmo tempo, pode ser visto como um posicionamento divergente, em relação a, por exemplo: ciências e valores morais estabelecidos. Com essas ideias, pode-se perceber que se trata de um movimento complexo, que revisa pressupostos existentes no Estruturalismo, indo além das estruturas linguísticas, para que o pensamento possa assim evoluir.

Em sua primeira geração, o pós-estruturalismo teve como principais proponentes: Derrida, Foucault, Kristeva, Lyotard, Deleuze, Irigaray, Baudrillard, etc. Eles desenvolveram formas peculiares e inovadoras de análise, dirigidas principalmente, para a crítica de instituições específicas (PETERS, 2000). Trata-se, pois, de um movimento que nega qualquer fundamento ou concepção que pressuponha uma verdade absoluta.

O pós-estruturalismo, por se tratar de um movimento tão recente e adequado às demandas contemporâneas, pode também ser uma forma de “desconstruir” posicionamentos hegemônicos. Tome-se, como exemplo, o termo “Economia Criativa”, que apareceu pela primeira vez num livro de John Holkins (2001) e passou a ser popularizado a partir da definição da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD (2010, p. 10). Para ilustrar o exemplo, a definição diz o seguinte:

A economia criativa é um conceito em evolução baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico.

- Ela pode estimular a geração de renda, a criação de empregos e a exportação de ganhos, ao mesmo tempo que promove inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano.
- Ela abraça aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo.

- É um conjunto de atividades econômicas baseadas em conhecimento, com uma dimensão de desenvolvimento e interligações cruzadas em macro e micro níveis para a economia em geral.
- É uma opção de desenvolvimento viável que demanda respostas de políticas inovadoras e multidisciplinares, além de ação interministerial.
- No centro da economia criativa localizam-se as indústrias criativas.

Esta ideia é utilizada em muitos estudos realizados sobre o tema e porque não dizer, trata-se de uma definição hegemônica, que procura abarcar os principais aspectos da “economia criativa”. Mas será que essa definição possui lacunas que podem comprometer a segurança textual? Essa pergunta nos remete a um termo pós-estruturalista denominado “brisura” (do francês *brisure*), que se configura como o ponto de partida para a desconstrução proposta por Derrida.

O presente estudo se debruça, pois, no desvendar de “brisuras” que podem comprometer determinado texto. Porém, não será utilizada a definição de “Economia Criativa” da UNCTAD (2010), citada acima, mas 2 (dois) aspectos presentes em um documento elaborado pelo Ministério da Cultura Brasileiro em 2012, denominado “Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 - 2014”.

Então, procura-se nesse estudo: “Analisar o discurso da Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura, através do Plano 2011 a 2014, à luz do conceito de brisuras de Derrida”. Como aponta Wachowicz (2012), ainda inexistente um modelo nacional para os Setores Criativos ou uma Política Pública direcionada para a Economia Criativa, justificando a escolha, portanto, de um plano trienal ao invés de uma política pública específica.

O estudo justifica-se então, pela importância de se descobrir, já na fase de planejamento, a existência de lacunas que evidenciem outras intenções que não estejam relacionadas às principais premissas do plano (a redefinição do papel da cultura e a retomada de ações do Ministério da Cultura em prol do desenvolvimento do país). Dessa forma, será possível, identificar desvios que podem comprometer a eficácia das políticas públicas, futuramente evoluídas desse plano.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Derrida: o filósofo da desconstrução

Jacques Derrida (1930-2004) é considerado um filósofo pós-fenomenológico e pós-estruturalista. Ele publicou três importantes obras no ano de 1967, conhecidas como: “Gramatologia”; “Discurso e Fenômenos” e; “A Escritura e a Diferença”. Nessas obras, ele realiza críticas à Fenomenologia de Husserl, à Linguística de Saussure, à Psicanálise lacaniana e ao estruturalismo de Lévi-Strauss (SARUP, 1993). Mas, seu principal trunfo foi o desenvolvimento da desconstrução, que ultrapassa os limites fundamentais da Filosofia e da Literatura. E, de acordo com Pedrosa Júnior (2010), abrange suspeitas aos discursos das Ciências Humanas, da História, da Fenomenologia, da Psicanálise e chega a questionar o próprio conceito consagrado de ciência.

Inclusive, Williams (2012, p. 47) considera que: “o pós-estruturalismo deve ser pensado como desconstrução”. Trata-se de um estilo de escrever a partir da leitura de textos de outros autores. Essa leitura persegue os argumentos principais e os detalhes insignificantes (num primeiro olhar), para mostrar como formam extensas cadeias articuladas. Justamente isso, leva parte das afirmações a serem desconstruídas (WILLIAMS, 2012). Esse posicionamento permite revelar/ desvelar o que está no discurso (nas suas entrelinhas) e que pode levar a desconstrução do mesmo.

Muitas vezes, ela pode ser confundida com destruição, mas essa palavra não se aplica a ideia proposta por Derrida. Seguindo o entendimento de Boje e Dennehy (1993), Foucault

(1998), Lengler, Vieira e Fachin (2002, p. 86): “Desconstrução não quer dizer destruição. Quer dizer desmontar, para analisar e entender o real sentido do significante, as entrelinhas e os elementos subjacentes ao discurso que, quase sempre, têm a voz do contador da história”.

A desconstrução também representou a negação (não definitiva), de uma metafísica de presença. Portanto, causou forte impacto no pensamento ocidental e redefiniu conceitos considerados canônicos, resultando, num abalo aos discursos hegemônicos. Como observa Culler (1999, p. 122):

Desconstruir uma oposição é mostrar que ela não é natural e nem inevitável mas uma construção, produzida por discursos que se apoiam nela, e mostrar que ela é uma construção num trabalho de *desconstrução* que busca dismantelá-la e reinscrevê-la - isto é, não destruí-la mas dar-lhe uma estrutura e funcionamento diferentes.

Nessa mesma linha de raciocínio, que nega a metafísica (da presença) e redefine conceitos, Dardeau (2011) considera que a desconstrução acontece em dois momentos ou através de um duplo gesto: inversão e deslocamento. Trata-se de inverter a hierarquia de conceitos metafísicos, reservando uma observação especial a tudo aquilo que é considerado subordinado e, ao mesmo tempo, deslocar os termos de uma determinada oposição conceitual para outro lugar, ou seja, para além da dicotomia da metafísica dualista.

Mesmo que se tente definir a desconstrução, essa é uma tarefa complexa, pois inclusive Derrida afirma não gostar da mesma, por achá-la um tanto desagradável, como apontam tais palavras: “[“desconstrução”] é uma palavra que eu nunca gostei e cuja fortuna fui surpreendido desagradavelmente” (ROYLE, 2003, p. 23). A partir da apresentação dessas ideias iniciais, torna-se importante ampliar o foco para a obra “Gramatologia” (1967), para que possam ser abordados outros aspectos presentes na desconstrução.

2.2 Gramatologia (*De la Grammatologie*), Jacques Derrida (1967)

Em Gramatologia, Derrida realiza a desconstrução da fenomenologia de Husserl. Assim como, se estende à crítica da “presença” na fenomenologia, e dos essencialismos das teorias estruturalistas da linguagem de Jean-Jacques Rousseau (WILLIAMS, 2012). Essa obra já se mostra de caráter pós-estruturalista, ao tentar desconstruir as ideias estruturalistas de presença e de essência.

De la Grammatologie advém de Littré e significa o tratado das letras do alfabeto, da leitura, da silabação e da escrita. Tem como objetivo principal libertar o projeto da semiologia do modelo de uma linguística baseada em princípios fonológicos (BRUNO, 2003). Essas considerações já denotam que umas das lutas travadas pela Gramatologia era, a desconstrução da ideia que supervalorizava a fonética da linguagem.

Na realidade há uma busca por uma nova língua, o que não significa o abandono da língua da metafísica, mas o direcionamento a uma língua estrangeira. Nas palavras de Haddock-Lobo (2008, p. 60):

A necessidade que Derrida mostrará em *Gramatologia* de se buscar uma nova maneira de expressar o que seria esta linguagem, de se falar uma (na verdade, mais de uma) língua nova, e não apenas de substituir o significante "significante" por outro significante que signifique a mesma coisa, é o que faz o filósofo romper com a língua da metafísica e buscar novos termos, como, por exemplo, em detrimento de os conceitos que indicam quase-conceitos e indecidíveis. Entretanto, não se trata de abandonar a língua da metafísica em busca de uma língua originária, original, nem fundamental; tampouco uma "nova" língua, uma língua do "fora", mas de uma língua sempre "estranha", sempre "estrangeira", uma língua que tenha na ressignificação, na remarcação, esta estrangeiridade.

Através dessa obra, Derrida direciona atenção à discussão que se instaurou na filosofia, a partir dos anos de 1960, se estendendo aos dias atuais – acerca da questão da linguagem. Ele estava na contrapartida das teorias que supervalorizavam a fala, a *phoné*, em relação a própria linguagem em geral. Afirmava que tudo o que há no mundo se mostra aos indivíduos como linguagem (COELHO, 2013). Essa aplicabilidade generalizada da linguagem, acabava por ultrapassar os limites da mesma. Chegando-se a falar em inflação do signo “linguagem”, como aponta o discurso de Derrida (1973, p. 7):

[...] Esta inflação do signo "linguagem" é a inflação do próprio signo, a inflação absoluta, a inflação mesma. Contudo, por uma face ou sombra sua, ela ainda faz signo: esta crise é também um sintoma. Indica, como que a contragosto, que uma época histórico-metafísica *deve* determinar, enfim, como linguagem a totalidade de seu horizonte problemático.

Diante disso, Derrida acredita que não é mais preciso pensar a linguagem enquanto origem, como fundamento de toda a existência e de toda condição de possibilidade de pensamento, mas que é preciso demonstrar que a linguagem não passa de um suplemento, de uma “estrutura”, que está sempre a mercê de se desfazer e que não tem relação com o conceito tradicional de verdade ou de presença (COELHO, 2013). Tratam-se, pois, das desconstruções feitas ao conceito de origem, de linguagem universal e de verdade absoluta.

Derrida ao rechaçar essa linguagem geral (fonética) acima da escrita, cria um posicionamento denominado de “escritura”. A escritura teria, pois, um sentido positivo, ou seja, o “significante do significante” não seria mais considerado um aspecto secundário. Seria, uma *inversão* que traz em si um *deslocamento*. Dessa forma, o significado seria pensado como um significante, num sistema determinado de referências. E, quando se diz que o “significante do significante” é, em última análise, a própria linguagem, quer se dizer que o significado foi abolido (DARDEAU, 2011).

Por ser uma obra tão importante para a desconstrução, torna-se necessário discorrer sobre suas palavras-chave. São elas: origem, presença, rastro, *différance* e jogo.

2.3 Palavras-chave da desconstrução

A “origem” representa ao mesmo tempo uma queda (uma perda de pureza) e uma fonte (explicitar o que resta de valor). Porém, na obra de Derrida, não existem origens puras. Isso porque, ela (a origem) acaba sendo infectada pelo que vem depois dela (WILLIAMS, 2012). Dessa forma, a desconstrução rechaça o conceito de origem.

Já a “presença” é um ponto não passível de dúvida, ou seja, algo puro. Mas, na realidade, essa pureza é ilusória, pois existem muitas outras relações complexas e intrincadas (WILLIAMS, 2012). Derrida nega essa presença, por considerar que ela se trata de uma metafísica específica.

O “rastro”, por sua vez, representa o contexto, a história e o futuro de um signo. E é dessa concepção de rastro, que Derrida considera que não há nada fora do texto como rastreamento. Esse termo está intrinsecamente relacionado a ideia de *Différance*, que segundo Williams (2012, p. 58): “é uma estrutura de diferenças identificáveis – das quais todo rastro depende –, mas é também um processo de diferir que pode ser reduzido a cadeias de identidades. Ao invés disso, é a razão por que tais cadeias são sempre abertas e incompletas”. E ainda, onde quer que existam rastros, há *différance* (WILLIAMS, 2012). É dessa ideia de rastro, que emerge a concepção de “brisura”, a ser utilizada na análise do objeto desse estudo.

E por fim, o “jogo” demonstra que as estruturas possuem uma maleabilidade própria e mostram que não há um significado único. Ele explicita que os diferentes termos usados por

Derrida complementam-se uns aos outros. A desconstrução, nesse caso, seria afirmativa, à medida que estimula o jogo, a abertura e a criatividade (WILLIAMS, 2012).

2.4 A Brisura

Em Gramatologia, Derrida apresenta a ideia de “brisura” (citada acima como emergente do rastro) e diz que ela é o resultado da busca de uma palavra que representa, ao mesmo tempo, diferença e articulação. Tal como é citado no texto de Derrida (1973, p. 80):

Vós sonhastes, suponho, encontrar uma única palavra para designar a diferença e a articulação. Folheando ao acaso o Robert, quiçá eu a encontrei, desde que se jogue sobre a palavra, ou antes, que se indique o seu duplo sentido. Esta palavra é rotura [brisure]: - Parte fragmentada, quebrada. Cf. brecha, fratura, fenda, fragmento. – Articulação por charneira de duas partes de uma obra de carpintaria, se serraria. A rotura de uma veneziana. Cf. junta’ (Roger Laporte, Carta).

A inferência feita no item anterior, de que da ideia de rastro emerge “brisura”, é confirmada por Williams (2012) ao explicar que qualquer rastro, qualquer signo percebido é o agrupar-se de uma presença *evanescente* como uma série infundável de significados múltiplos. Em outras palavras, Derrida (1973, p. 85) afirma que: “A brisura marca a impossibilidade para um signo, para a unidade de um significante e de um significado, de produzir-se na plenitude de um presente e de uma presença absoluta”. Isso quer dizer que, não existe nenhuma equivalência entre o significante e o significado.

De acordo com Haddock-Lobo (2005), a “brisura” assumida como constituinte do pensamento, é uma chance de fugir, ou ao menos enfraquecer o dualismo metafísico. As brisuras seriam as lacunas ou espaços que representam as inconsistências de um texto. E, portanto, são o ponto de partida para a desconstrução.

3. METODOLOGIA

O estudo assume uma posição crítica de corrente pós-estruturalista, com abordagem qualitativa e paradigma interpretativista. A abordagem qualitativa se propõe a retirar de pessoas, fatos e locais, os significados visíveis e implícitos perceptíveis apenas a uma atenção primorosa, os quais serão interpretados pelo investigador e, então, transmitidos em seus significados evidentes ou ocultos (CHIZZOTTI, 2003).

Este estudo utilizará o método de “estudo de caso”, já que visa analisar de forma aprofundada o discurso da Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura, através do Plano 2011 a 2014. Segundo Creswell (2010, p. 38):

[...] é uma estratégia de investigação em que o pesquisador explora profundamente um programa, um evento, uma atividade, um processo ou um ou mais indivíduos. Os casos são relacionados pelo tempo e pela atividade, e os pesquisadores coletam informações detalhadas usando vários procedimentos de coleta de dados durante um período de tempo prolongado.

Dessa forma, o *corpus* do estudo foi elaborado com base em informações secundárias, presentes essencialmente no Plano da Secretaria de Economia Criativa, tendo como foco dois aspectos existentes nos capítulos 3 (três) e 4 (quatro) do plano: “O primeiro desafio do plano: a pactuação de um conceito para a economia criativa” e “Os princípios norteadores”, respectivamente.

E como já foi citado anteriormente, a análise do plano se dará através do conceito de “brisura”, proposto por Derrida. O mesmo busca evidenciar as lacunas ou espaços que representam as inconsistências de um texto. Dessa forma, o estudo se destina a problematizar o Plano da Secretaria de Economia Criativa, desconstruindo discursos e assumindo um

posicionamento reflexivo e por conseguinte crítico, característico da abordagem pós-estruturalista.

A seção seguinte apresenta os resultados que estão dispostos em duas etapas. A primeira etapa apresenta o objeto de estudo e a segunda são as reflexões do objeto à luz do conceito de “brisura” em Derrida.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Objeto de estudo: Plano da Secretaria de Economia Criativa: Políticas, Diretrizes e Ações, 2011-2014

O “Plano da Secretaria de Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 - 2014” já traz em suas primeiras páginas uma citação de Celso Furtado (2008 *apud* MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012), que evidencia a importância da criatividade para o desenvolvimento do país. Como segue:

Quaisquer que sejam as antinomias que se apresentem entre as visões da história que emergem em uma sociedade, o processo de mudança social que chamamos desenvolvimento adquire certa nitidez quando relacionamos com a ideia de criatividade.

Esse plano simboliza um movimento do Ministério da Cultura a fim de redefinir o papel da cultura. E, considera que a diversidade cultural deve ser um ativo fundamental para o desenvolvimento e para a construção de políticas públicas (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012). O objeto de estudo, para fins de análise, será dividido em dois aspectos existentes, nos capítulos 3 (três) e 4 (quatro) do plano: “O primeiro desafio do plano: a pactuação de um conceito para a economia criativa” e “Os princípios norteadores”, respectivamente.

4.1.1 O primeiro desafio do plano: a pactuação de um conceito para a economia criativa

Este capítulo do plano trata da criação de um conceito para “economia criativa” que fosse mais adequado à realidade brasileira, com a sua diversidade econômica, natural, social e cultural. Como aponta o Ministério da Cultura (2012), a simples tradução de conceitos pode gerar problemas semânticos, oriundos de diferenças culturais.

Ao contrário do uso maciço do termo “indústrias criativas” (inserido inclusive na definição da UNCTAD, 2010), para fins do plano foi adotada a terminologia “setores criativos”, que representaria os diversos conjuntos de empreendimentos que atuam no campo da Economia Criativa. Portanto, a definição adotada pelo Ministério da Cultura (2012, p. 22), foi a seguinte:

os setores criativos são aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social.

A partir da concepção dos setores criativos e considerando, principalmente, as diferenças existentes no Brasil, gerou-se uma definição de “economia criativa”, que abarca as dinâmicas que ocorrem no processo de geração de bens e serviços criativos, acentuando sua importância da dimensão simbólica. Dessa forma, a:

Economia Criativa partindo das dinâmicas culturais sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/ circulação/ difusão e consumo/ fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados

pela prevalência de sua dimensão simbólica (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012, p. 23).

A Figura 01 é um recorte da ilustração elaborada pelo Ministério da Cultura (2012), com o objetivo de exemplificar a economia criativa e a dinâmica de funcionamento dos seus elos, apresentada na definição anterior. Percebe-se que o entendimento da Economia Criativa vai além dos Setores Criativos, o que pode ser visualizado pela fronteira pontilhada, indicando a presença de outros elementos que podem estar presentes no contexto.



Figura 01. A economia criativa e a dinâmica de funcionamento dos seus elos
Fonte: Ministério da Cultura (2012)

Como o foco do estudo configura-se no cenário da “economia criativa brasileira”, os itens seguintes a este primeiro capítulo, como o: “Escopo do Setores Criativos” (UNESCO, 2009) e a “Classificação dos Setores Criativos” (UNCTAD, 2008), não serão abordados na posterior identificação das “brisuras”, por se tratarem de fontes externas. E por fim, o último item trata das estimativas e tendências da economia criativa brasileira, ou seja, apresenta a mescla dos dados dos relatórios estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) e da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), sobre: os setores criativos no Brasil; os empregos nos setores criativos (2010); as empresas nos setores criativos (2010) e; as exportações do setores criativos (2008). Como dados estatísticos não são foco no estudo, estes também não serão detalhados.

4.1.2 Os princípios norteadores

Este capítulo aborda a necessidade de estabelecimento de princípios norteadores, que fundamentem as políticas públicas a serem elaboradas e implementadas pela Secretaria da Economia Criativa. Dessa forma, foi definido que a Economia Criativa Brasileira deveria incorporar em sua conceituação, a relevância da diversidade cultural do país, a percepção da sustentabilidade como fator de desenvolvimento, a inovação como vetor de desenvolvimento e por fim, a inclusão social e produtiva como base de uma economia de cooperação e solidariedade. Dessa forma, a Figura 02 abaixo, representa a economia criativa brasileira e o intercâmbio com seus princípios norteadores.

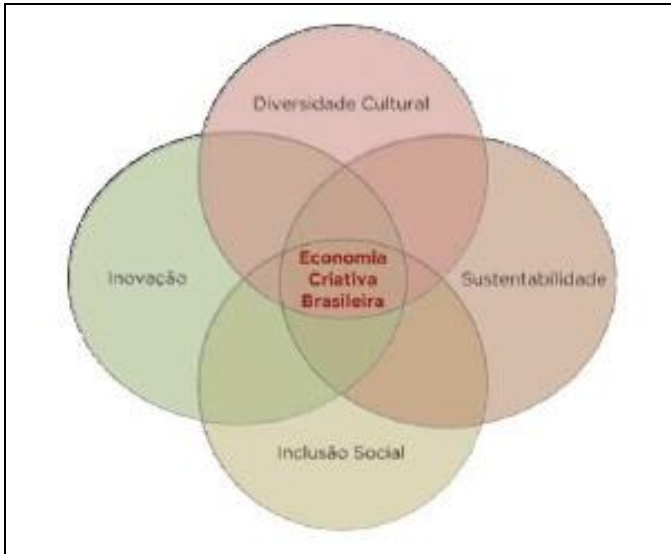


Figura 02. A economia criativa brasileira e seus princípios norteadores
 Fonte: Ministério da Cultura (2012)

A base e a riqueza da economia criativa brasileira é possível em virtude da diversidade existente no país. Dessa forma, de acordo com o Ministério da Cultura (2012, p. 34): “A Economia Criativa Brasileira deve então se constituir numa dinâmica de valorização, proteção e promoção da diversidade das expressões culturais nacionais como forma de garantir a sua originalidade, a sua força e seu potencial de crescimento”.

Em virtude das estratégias de desenvolvimento adotadas pelos países, muitas vezes sem precedentes, podem emergir consequências significativas na sustentabilidade, sejam elas nas dimensões: econômica, natural, social ou cultural. Sendo assim, o Ministério da Cultura (2012, p. 34) adverte que: “É importante definir qual tipo de desenvolvimento se deseja, quais as bases desse desenvolvimento e como ele pode ser construído de modo a garantir uma sustentabilidade social, cultural, ambiental e econômica em condições semelhantes de escolha para as gerações futuras”.

A inovação por sua vez é uma característica basilar da “Economia Criativa” e deve ser estimulada nos indivíduos, através de sua criatividade. De acordo com o Ministério da Cultura (2012, p. 34): “A inovação exige conhecimento, a identificação e o reconhecimento de oportunidades, a escolha por melhores opções, a capacidade de empreender e assumir riscos, um olhar crítico e um pensamento estratégico que permitam a realização de objetivos e propósitos”.

O Brasil, um país marcado pela desigualdade econômica, social, cultural não pode deixar de assumir a inclusão social como fundamento para o desenvolvimento de políticas públicas culturais na área de economia criativa (CALABRE, 2007). De acordo com o Ministério da Cultura (2012, p. 35) deve-se priorizar: “(...) aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por meio da formação e qualificação profissional e da geração de oportunidades de trabalho e renda”.

Além de gerar oportunidades de emprego e renda, deve-se facilitar o acesso desses grupos vulneráveis, aos produtos criativos. Como aponta o Ministério da Cultura (2012, p. 35): “Além desse processo de inclusão produtiva, basilar para a inclusão social, o acesso a bens e serviços criativos também emerge como premissa para a cidadania. Uma população que não tem acesso ao consumo e fruição cultural é amputada na sua dimensão simbólica (...)”.

4.2 Reflexão do objeto à luz de Derrida

A primeira definição apresentada no objeto de estudo foi elaborada por Celso Furtado (um economista de esquerda). Esse fato já direciona a atenção para a existência de alguma lacuna que indique sua verdadeira intenção. No trecho “o processo de mudança social que chamamos desenvolvimento”, ele considera mudança social como sinônimo de desenvolvimento e que adquire nitidez quando associado à criatividade. Um posicionamento adequado ao ideal proposto pelo desenvolvimento – a geração de qualidade de vida às pessoas.

Porém, esse desenvolvimento do qual ele fala é o econômico, não só pela sua posição ideológica, mas pelo fato de associá-lo com a criatividade, a fim de torna-lo possível. Evidenciando-se assim, a primeira “brisura” do discurso. E isso pode ser uma prática para utilizar os setores culturais em prol de uma adequação à ideologia econômica do governo, ou seja, o discurso possui um viés econômico, que desvirtua seus verdadeiros propósitos.

O primeiro aspecto do objeto de estudo trata do desafio de pactuar um conceito para a Economia Criativa no Brasil, adequado as particularidades do país. E depois de inúmeras discussões, considerou-se criar primeiramente, uma definição para “setores criativos”, para a partir desta, criar a de economia criativa. Antes de entrar na própria definição, já identifica-se uma “brisura” no termo “setores”, que remete a uma ideologia gerencial e econômica, que se sobrepõe à cultural. E essa inferência é validada quando parte-se para a definição, que traz termos intrinsecamente mercadológicos (econômicos), ou seja, mais “brisuras”: “atividades produtivas, gerador de um produto, bem ou serviço, valor, produção de riqueza (...) econômica”. Ou seja, um discurso permeado por reducionismo econômico.

A partir da concepção dos setores criativos, gerou-se uma definição de “economia criativa”, que também carrega a mesma carga ideológica da anterior: a econômica. Identificam-se inúmeras “brisuras” no texto, tais como: “dinâmicas econômicas, ciclo de criação, produção/ distribuição/ circulação/ difusão e consumo/ fruição de bens e serviços”. Esses termos, principalmente, o ciclo, representam uma instrumentalização dos setores criativos em prol do crescimento econômico. Mais uma vez, remetendo ao reducionismo econômico.

O segundo aspecto do objeto de estudo trata dos princípios norteadores da Economia Criativa Brasileira, que são quatro: diversidade cultural, inovação, sustentabilidade e inclusão social. Cada um deles será comentado a seguir.

No texto é apresentada a ideia de que a Economia Criativa Brasileira deve contribuir para a valorização da diversidade cultural e sua originalidade. Merece destaque o termo apresentado no final “potencial de crescimento”. Eis mais uma “brisura”: a valorização da diversidade com o objetivo de valorização econômica. Já que crescimento é um termo extremamente reducionista, ao contrário de desenvolvimento, que pressupõe crescimento aliado à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

O segundo princípio é a sustentabilidade e apresenta a ideia de um desenvolvimento sustentável, pautado no equilíbrio de dimensões, quais sejam: social, cultural, ambiental e econômica. O problema é que, muitas vezes, pode ser um discurso vazio de sentido, ou seja, o discurso pode não ser concretizado de forma prática, o que indicaria uma possível “brisura”, mas que não pode ser confirmada, pois dependeria de um estudo mais detalhado.

O terceiro princípio, o da inovação, já apresenta em seu conceito inúmeras “brisuras” que remetem a uma inovação como ideologia empresarial. São elas: conhecimento, identificação e reconhecimento de oportunidades, escolha por melhores opções, capacidade de empreender e assumir riscos, olhar crítico, pensamento estratégico, realização de objetivos e propósitos. E claramente, o setor cultural não pode ser pensado apenas de forma empresarial (econômica), mas pelos prismas antropológico, social e político, por exemplo.

Além do mais, é interessante considerar que o conceito de inovação está atrelado ao de criatividade. Um depende do outro para que o desenvolvimento e difusão dos bens culturais possam ser realizados.

O quarto princípio é a inclusão social, que apregoa a geração de oportunidades de emprego e renda para grupos mais vulneráveis e o acesso aos produtos criativos. A ideia de inclusão social pressupõe uma possível emancipação do sujeito, o que pode ser útil para validar os ideais da economia criativa. Ao considerar a dimensão social, o discurso acaba por reduzir o seu viés econômico. Não sendo identificada, portanto, “brisura” neste princípio.

5. CONCLUSÃO

O objetivo delimitado no início deste estudo foi: “Analisar o discurso da Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura, através do Plano 2011 a 2014, à luz do conceito de brisuras de Derrida”. Durante a reflexão deste discurso, percebeu-se que grande parte possuía alguma lacuna ou espaço (“brisura”), que remetia a uma ideologia mercadológica ou econômica, ou seja, o discurso era marcado por um reducionismo econômico. Como também foi identificada uma “brisura” que remetia a uma ideologia empresarial. E, uma possível “brisura” em relação a sustentabilidade.

A partir das “brisuras” identificadas, percebe-se que o discurso sobre economia criativa no plano analisado evidencia aspectos econômicos em detrimento das questões culturais, o que leva a pensar o discurso do Ministério da Cultura como mais uma engrenagem do sistema econômico. Nesse aspecto, há uma contradição entre tal discurso e os princípios ideológicos do Ministério: (1) a cultura não se resume às belas artes, mas tem outras dimensões: a antropológica, a econômica e a política; o reconhecimento dessas dimensões compreende o respeito pela diversidade cultural; (2) as políticas culturais devem se constituir como políticas de Estado; (3) as políticas públicas de cultura objetivam a democratização e promoção do acesso aos mecanismos de produção, distribuição e fruição de bens culturais (BARBOSA, 2008; BOTELHO, 2008).

Diante das “brisuras” e reflexões obtidas, pode-se perceber que, dentro de um mesmo Ministério, há vários discursos, tantas vezes harmoniosos, outras vezes incompatíveis. Nesse caso, as “brisuras” identificadas no discurso da Secretaria da Economia Criativa ressaltam uma desconexão com a ideologia do Ministério da Cultura, o que pode sinalizar futuras inconsistências nas ações.

Torna-se relevante dar continuidade a esse estudo, principalmente, no sentido de desconstruir discursos, haja vista o ponto de partida já realizado nesse estudo: a identificação de possíveis “brisuras”. A desconstrução do discurso em um plano, pode ser a chave para que as políticas públicas posteriores não contenham as mesmas lacunas que comprometem os seus propósitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, F. Ministério da Cultura no Governo Luiz Inácio Lula da Silva: um primeiro balanço. In: CALABRE, L. (Org.). **Políticas culturais: um campo de estudo**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

BOTELHO, I. Ministério da Cultura: um olhar sobre o presente. In: RUBIM, L. & MIRANDA N. (Org.). **Transversalidades da Cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008.

BRUNO, M. Gramatologia e *Différance*: a propósito dos primeiros escritos de Jacques Derrida. **Revista Idioma**, n. 23, 2003.

CALABRE, L. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, v. 1, p. 87-108, 2007.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

COELHO, C. C. Gramatologia e Semiologia: o pensamento de Jacques Derrida diante da linguística de Ferdinand de Saussure. **Sapere Aude**, v. 04, n. 07, p. 151-169, 2013.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

CULLER, J. **Teoria Literária: uma introdução**. São Paulo: Becca, 1999.

DARDEAU, D. Jacques Derrida: da linguagem à escritura, da escritura como transbordamento. **Ensaio Filosófico**, v. 3, p. 54-62, 2011.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LENGLER, J. F. B.; VIEIRA, M. M. F. V.; FACHIN, R. C. Um exercício de desconstrução do conceito e da prática de segmentação de mercado inspirado em Woody Allen. **Revista de Administração Eletrônica**, v. 42, n. 04, p. 84-92, 2002.

LILLY, R. Postmodernism and Political Philosophy. In: E. Graig (org.) **Routledge Encyclopedia of Philosophy**. Londres and Nova York: Routledge, 1998, p. 590-596.

HADDOCK-LOBO, R. **Uma brisura: Derrida às margens de Nietzsche**. *Morpheus*, v. 4, n. 6, 2005.

HADDOCK-LOBO, R. **Derrida e o labirinto de inscrições**. Porto Alegre: Zouk, 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014**. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

PEDROSO JÚNIOR, N. C. Jacques Derrida e a Desconstrução: um introdução. **Revista Encontros de Vista**, v. 5, p. 9 - 20, 2010.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. São Paulo: Autêntica, 2000.

ROYLE, N. **Jacques Derrida**. London: Routledge, 2003.

SARUP, M. **An introductory guide to post-structuralism and postmodernism**. 2. ed. London: Harvester Wheatsheaf, 1993.

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas para o Comércio o Desenvolvimento, & PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Economia Criativa: Uma Opção de Desenvolvimento Viável**. Nações Unidas, 2010.

WACHOWICZ, M. A construção de um marco regulatório para a Economia Criativa no Brasil. (2012). In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014**. Brasília: Ministério da Cultura, 2012. p. 126-128.

WILLIAMS, J. **Pós-Estruturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2012.